Edição 3 • 2026

Julho • Agosto • Setembro

Informativo

CBH Maranhão DF

CBH MARANHÃO - DF

ABHA GESTÃO DE ÁGUAS

ÍNDICE

PÁG. 3 — GTEA – Planejamento de atividades e participação em eventos de educação ambiental

Câmara Técnica – Monitoramento das atividades mineradoras na bacia do rio Maranhão, no DF — PÁG. 4

PÁG. 6 — Câmaras Técnicas Distritais – Ajustes no PPU e definição de prazos

Rede Globo – Festival Emaranhar em destaque no Dia do Cerrado — PÁG. 7

PÁG. 7 — Festival Emaranhar – Celebração das belezas da região e integração do público

GTEA organiza próximas atividades e debate maior participação em eventos de educação ambiental

A 11ª reunião do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do CBH Maranhão-DF levantou temas ligados as atividades do Plano de Trabalho e a importância da ampliação da participação do comitê nos espaços e agendas que debatem educação ambiental.

Logo no início da reunião, o coordenador dos trabalhos, Claúdio Odilon, ressaltou a importância de o comitê criar procedimentos para as visitas de campo e demais atividades externas, como forma de organizar e assegurar a segurança dos envolvidos nas atividades. Ele ressaltou que a Adasa está elaborando nota técnica que deverá auxiliar nas saídas de campo. O documento é um acordo de cooperação juntamente com o Corpo de Bombeiros e poderá auxiliar também o comitê em suas atividades externas.

A demanda surgiu durante a organização do próximo Festival de Turismo e Natureza da Bacia do Maranhão no Distrito Federal, diante da preocupação com a segurança e saúde dos participantes durante as atividades de campo.



Fórum de Educação Ambiental

O membro do IFB, Adeilton Oliveira, informou que o X Fórum Brasileiro de Educação Ambiental ocorrerá em Brasília de 23 a 28 de novembro de 2026. O evento deve reunir educadores, pesquisadores e gestores de todo o país para debater políticas públicas e práticas sustentáveis na área de educação ambiental.

Ele sugeriu a participação de membros do CBH Maranhão-DF como forma de levar a agenda das águas para o centro do debate.

Antes da Nacional, alguns estados e o Distrito Federal realizarão as etapas regionais de debate, elencando e priorizando as demandas locais. A Etapa regional ocorreu no dia 16 de setembro.

PAP/POA

Os membros ainda sugeriram alteração no PAP/POA a respeito da elaboração do Plano de Educação Ambiental que seguirá para apreciação da CT.

Outras visitas

A 11ª reunião também iniciou a organização de uma atividade de campo na região da bacia, conforme previsto no Plano de Trabalho, A atividade deverá ser realizada no dia 16 de outubro.

Outros assuntos

O Brasília Ambiental passou a fazer parte do GTEA, na figura das representantes Aline Barreto e Paula Gomes, que integram o projeto Parque Educador no Ibram.

Foi aprovada ainda a síntese da 10ª reunião do GTEA.





Câmara Técnica discute necessidade de melhoria do monitoramento das atividades mineradoras na bacia do rio Maranhão no DF

A 13ª reunião da Câmara Técnica do CBH Maranhão-DF se dedicou a leitura e análise das respostas aos ofícios encaminhados pela CT aos órgãos e entidades responsáveis pela fiscalização, licenciamento, monitoramento, abastecimento, outorga no Distrito Federal. A ideia era entender a interação da mineração com os recursos hídricos da região, que também concentra atividades cimenteiras.

O coordenador dos trabalhos, Rodolfo Siqueira fez a leitura das respostas da Seagri, Emater-DF, Caesb, Adasa e Brasília Ambiental.

A Seagri informou não haver estudos técnicos nem monitoramento sistemático para analisar impactos decorrentes de atividade mineradora sobre a produtividade agrícola na região.

A Emater-DF comunicou que não foram registradas reclamações de produtores rurais locais referente à água, assoreamento de canais de irrigação ou impactos diretos sobre a produção agrícola em razão da atividade mineradora. A empresa acrescentou também não haver registros sistematizados de perdas de produtividade agrícola ou de degradação de solos em áreas adjacentes a empreendimento minerários na bacia.

Sobre o abastecimento, a Caesb ressaltou que atualmente realiza duas captações de água superficial e 18 captações subterrâneas e que não há registros de interferências das atividades minerárias sobre os mananciais destinados ao abastecimento público na região.

Referente às outorgas, a Adasa informou que não integra a rotina da agência, controle do volume outorgado efetivamente utilizado e que a avaliação de impactos ambientais e de alterações na qualidade ou dinâmica ambiental das águas não constitui atribuição da Adasa no âmbito da outorga, sendo matéria afeta ao licenciamento ambiental.

Por fim, o Brasília Ambiental encaminhou documentos, com processos de licenciamento,

mapas da região e ações fiscais que resultaram em penalidades (2017-2026) na região da bacia. Porém, o Instituto informou que não dispõe de base de dados única e integrada capaz de consolidar todas as informações solicitadas.

Diante das respostas, os membros demonstraram preocupação com a lacuna de informações e dados sobre a atividade mineradora na região da bacia.

Para a representante do Mel da Terra, Zaira Moutinho, é preocupante que órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e monitoramento não tenham informações técnicas qualificadas e compiladas sobre a situação ambiental na região. Ela destacou que a população não é contra a mineração, mas é preciso que ações compensatórias sejam consideradas para a região que sofre com os impactos da atividade.

A representante da Seduh, Edna Aires, sugeriu que a CT elabore uma nota técnica, a partir das respostas recebidas, para forçar os órgãos a olharem de forma sistêmica para os impactos da mineração na região. Ela propôs ainda, que o comitê verifique algumas instruções normativas da Cetesb para se orientar na temática da atividade mineradora.

PAP/POA

Devido ao prolongamento nos debates sobre a mineração, a Câmara Técnica definiu que seria criado um formulário, onde os membros poderiam trabalhar apontando as ações e programas que julgam prioritários na bacia. Com isso em mãos, a CT irá definir os valores destinados a cada ação na próxima reunião.

O representante da Caesb pediu a inserção, na síntese da 12ª reunião, da informação referente à ausência de Plano de Bacia para o CBH Maranhão-DF se guiar na construção do PAP/POA.

O coordenador da CT, Rodolfo Siqueira, lembrou que o comitê poderá usar o Plano Diretor de Ordenamento Territorial e o Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal para se orientar, na ausência do Plano de Bacia.

Com o acréscimo da informação, a síntese foi aprovada.

Vale do Paranã

A Associação de Escalada do Planalto Central, que atua na região do rio Paranã, em Goiás, encaminhou ao comitê uma solicitação de orientação técnica e apoio institucional para acesso à cachoeira de Água Fria.

Em recente decisão do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, a região do Vale do Paranã, que nasce em Formosa, e passa pelo DF em trecho que abrange cerca de 400 metros, passou a integrar o CBH Maranhão-DF. O rio Paranã é afluente do Tocantins, assim como o Maranhão.

O presidente do CBH Maranhão-DF, sugeriu uma visita dos membros à região, para conhecer o trecho.

Os membros entenderam que o trecho da cachoeira Água Fria não integra o DF e a orientação deve ser direcionada ao Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Goianos Integrados dos Rios Tocantins e São Francisco, que atua na área do Paranã em Goiás.



Câmaras Técnicas Distritais discutem ajustes no PPU e definem prazos para os trabalhos

As Câmaras Técnicas dos comitês distritais: CBH Paranaíba-DF, CBH Maranhão-DF e CBH Preto-DF, se reuniram no dia 27 de agosto para analisar o Preço Público Unitário. O PPU é o valor de referência usado para calcular quanto um usuário deve pagar por captar, consumir ou lançar efluentes diretamente em rios, lagos e mananciais.

Logo no início da reunião, o secretário-geral do CBH Paranaíba-DF, Carlo Renan Cáceres Brites, contextualizou acerca dos debates da época em que foram definidas a metodologia e cálculos para estipular os valores, que atualmente são reajustados com base atualizados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

O coordenador da Câmara Técnica do CBH Preto-DF, Cláudio Malinski, pontuou que a comunidade da bacia, majoritariamente de irrigantes, não é contra a cobrança pelo uso da água, mas é preciso estipular valores que não sobrecarreguem os produtores, que recentemente tiveram que arcar com os custos da implantação da cobrança e da Taxa de Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos por Não Prestadores de Serviços Públicos, cobrada pela Adasa.

Com sugestões de que os valores considerem a realidade de cada bacia, os presentes decidiram criar um grupo de trabalho para debater e estipular as metodologias e os valores de cálculo para a cobrança. O grupo criado segue o critério de composição dos comitês, tripartite e paritária por representantes do poder público, dos usuários da água e da sociedade civil, com representantes dos 3 comitês.

Prazo estipulado é de 90 dias a partir da aprovação da deliberação na plenária.





Rede Globo: Festival Emaranhar é destaque no dia do Cerrado

No dia do Cerrado, festival realizado pelo CBH Maranhão-DF, o Emaranhar é destaque no noticiário local.

Festival Emaranhar reúne público diverso para celebrar as belezas da região

No dia do Cerrado, 11 de setembro, o Festival Emaranhar reuniu representantes do poder públicos, sociedade civil, usuários, além de alunos e professores do Centro Educacional Professor Carlos Mota, no Lago Oeste. O evento aconteceu no Sítio Titara.

Com uma programação diversificada, o dia começou com atividades corporais e de conexão com a natureza, como Tai Chi Chuan, realizado pela Associação Being Tao/ABT Mestre Woo, seguido da Yoga Cerrado, criado e oferecido pela representante do Brasília Ambiental, Mariana dos Anjos.

Na sequência ocorreu o café da manhã e momento de confraternização antes do grupo partir para a trilha e cachoeira.

A tarde foi dedicada às palestras e atividade culturais, com a equipe do Brasília Ambiental falando sobre as Unidades de Conservação e trilhas na Bacia do Rio Maranhão no Distrito Federal e a assessora de comunicação do CBH Paranaíba/Partners, Ana Luiza Knychala, falando a respeito de mobilização social e a água.

Uma atividade de contação de histórias, voltada aos alunos, também foi proporcionada pela educadora ambiental, Aline Barreto, do Brasília Ambiental

O encerramento foi marcado por um momento cultural de poesia, com Abimael Carvalho e música, com o trio de Volmi Batista.

O festival contou com apoio da Adasa, Brasília Ambiental, Emater-DF, Centro Educacional Carlos Mota, Abha-DF.











CBH MARANHÃO - DF

Diretoria CBH Maranhão DF

Presidente: Marcelo Leonardo Benini

Vice-presidente: Maria Estela Paraguassu

Secretária-geral: Patrícia Valls e Silva

Escritório de apoio dos CBHs Distritais

SAUS Quadra 4 Lote 09/10

Sala 934. Ed. Victoria Office Tower Brasília

Brasília/DF - CEP 70070-938

Equipe ABHA DF

Supervisora administrativa: Karine Campos

Auxiliar administrativa: Camila Areal

Assessora de Comunicação: Mariana Libânio

midiática marketing

Coordenação-geral: Luiz Carlos Florentino

(MTB 0018651/MG)

Projeto gráfico e diagramação: Wendel Amorim